

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 da BRK AMBIENTAL – MARANHÃO S.A.

dívidas definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados no quadro a seguir, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo. **4.4 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2023	2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	6.297	6.940
Fundos restritos	1.998	1.797
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	75.229	75.734
Depósitos judiciais	475	513
	83.999	66.984
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores (Nota 11)	(8.029)	(8.553)
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	(51.672)	(52.449)
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	(44.577)	(39.202)
Partes relacionadas (Nota 15)	(76.823)	(299.658)
Outros passivos	(40)	(45)
	(181.141)	(399.907)

	2023	2022
5 Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	752	737
Aplicações financeiras (i)	5.545	6.203
	6.297	6.940
(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por fundos de investimentos predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração média de 100,0% do CDI (2022 – 89,5% do CDI).		
6 Contas a receber, líquidas		
Contas a receber de clientes	2023	2022
Concessões públicas	136.292	124.293
Perdas de créditos esperadas	(61.063)	(66.559)
	75.229	57.734
Circulante	61.528	43.260
Não circulante	13.701	14.474

Todas as contas a receber da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui direitos creditórios cedidos em contas a receber, como garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 51.672 (2022 – R\$ 52.449). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	30.732	30.184
Vencidos		
Até 30 dias	7.333	6.592
De 31 a 60 dias	3.780	4.155
De 61 a 90 dias	3.344	3.299
De 91 a 180 dias	8.180	7.589
Mais de 180 dias	15.845	76
Valores a faturar	4.690	4.792
Contas a receber de clientes	73.904	56.687
Agentes arrecadadores	1.325	1.047
Total	75.229	57.734

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial		
Reversão de perdas de créditos esperadas por recebimento	27.816	7.115
Perdas com créditos incorridos	(7.115)	(61.063)
Saldo final	20.701	66.559

	2023	2022
7 Tributos a recuperar		
Imposto sobre serviços	13	13
Imposto de renda	124	89
Contribuição social	2	2
PIS e COFINS (i)	8.297	9.347
Outros	47	97
	8.469	9.548
Circulante	3.333	3.742
Não circulante	5.136	5.806

(i) O saldo refere-se, substancialmente, aos créditos da contribuição para PIS e da COFINS gerados na aquisição de intangível em formação e serão apropriados à medida em que a infraestrutura estiver disponível para a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário.

	2023	2022
8 Ativos de contrato		
Saldo no início do exercício	49.286	23.368
(+) Adições	40.000	53.532
(-) Transferências – ativo intangível	(75.025)	(27.614)
Saldo no final do exercício	14.261	49.286

Refer-se aos investimentos em infraestrutura para prestação de serviços de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão em dezembro de 2024. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros, nos ativos de concessão, no valor de R\$ 2.658 (2022 – R\$ 5.471), durante o período no qual o ativo estava em construção. A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 10,61% a.a. no exercício findo em 2023 (2022 – 10,47% a.a.).

	2023	2022
9 Ativo de direito de uso		
Equipamentos de informática	388	4.129
Máquinas e equipamentos	347	8.031
Veículos	126	(1.291)
	861	11.869

	2023	2022
Custo de aquisição		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	750	388
Adições	27.294	347
Baixas	(1.008)	(126)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	27.036	609
Amortização acumulada		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(571)	(388)
Amortização	(1.402)	(287)
Baixas	1.008	126
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(665)	(549)
Valor contábil líquido	26.071	60
Custo de aquisição		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	27.036	609
Adições	5.578	862
Baixas	(412)	(774)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	32.202	697
Amortização acumulada		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(665)	(549)
Amortização	(1.800)	(234)
Baixas	412	624
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(2.253)	(93)
Valor contábil líquido	30.049	604
Vida útil (anos)	2 a 26	2 a 3

	2023	2022
10 Intangível		
Sistema de água e esgoto		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	176.184	309
Adições	6.618	6.618
Baixas	(2.129)	(2.129)
Transferências – ativos de contrato	27.614	27.614
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	208.287	309
Amortização acumulada		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(15.653)	(161)
Amortização	(9.790)	(48)
Baixas	1.713	1.713
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(23.730)	(209)
Valor contábil líquido	184.557	100
Custo de aquisição		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	208.287	309
Adições	6.588	6.588
Transferências – ativos de contrato	75.025	75.025
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	289.900	309
Amortização acumulada		
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(23.730)	(209)
Amortização	(13.339)	(48)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(37.069)	(257)
Valor contábil líquido	252.831	52
Vida útil (anos)	5 a 35	5

11 Fornecedores: A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	2023	2022
Aquisição de infraestrutura	4.861	5.787
Serviços e materiais para operação	2.616	2.070
Retenções contratuais	615	642
Serviços médicos	37	54
	8.029	8.553

	2023	2022
12 Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento. 12.1. Empréstimos e financiamentos. (a) Composição Modalidade e encargos		
Encargos financeiros anuais	médios anuais	Vencimentos
Estruturado	10,61%	abr/2040
Total	51.672	52.449
Circulante	2.054	1.898
Não circulante	49.618	50.551
	51.672	52.449

	2023	2022
(b) Movimentação		
Saldo no início do exercício	52.449	53.337
(+) Adição de juros	5.546	5.359
(-) Amortização de principal	(1.791)	(1.655)
(-) Amortização de juros	(4.532)	(4.592)
Saldo no final do exercício	51.672	52.449

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023	2022
2025	2.035	2.035
2026	2.161	2.294
2027	2.436	2.436
2028	2.586	2.586
2029	2.745	2.745
2030	2.915	2.915
2031	3.095	3.095
2032	3.285	3.285
2033	3.488	3.488
2035 em diante	22.578	22.578
	49.618	49.618

(d) Garantias: As garantias do contrato de financiamento são: (i) vinculação de receita e cessão dos direitos creditórios oriundos da concessão; (ii) Alienação fiduciária da totalidade das ações; (iii) suporte dos acionistas; e (iv) nota promissória. **(e) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants:** A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo covenante financeiro. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. A Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos. **12.2 Passivo de arrendamento. (a) Composição Unidade**

	2023	2022
Passivo de arrendamento	44.577	39.202
Total	44.577	39.202
Circulante	3.907	3.285
Não circulante	40.670	35.917
	44.577	39.202

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos, imóveis e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa, com base na data do contrato e permanecendo inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 9,79% e 19,56%. **(b) Movimentação**

	2023	2022
Saldo no início do exercício	39.202	3.740
(+) Adição de principal	9.487	39.148
(-) Baixas	(289)	(17)
(-) Amortização de principal	(9.024)	(5.564)
(-) Amortização AVP	5.201	1.895
Saldo no final do exercício	44.577	39.202

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023	2022
2025	2.367	2.367
2026	866	866
2027	739	739
2028	519	519
2029	558	558
2030	617	617
2031	684	684
2032	757	757
2033	830	830
2035 em diante	32.097	32.097
	40.670	40.670

13 Salários e encargos

	2023	2022
Salários	49	49
Benefícios	68	68
Obrigações sociais	490	614
Provisões de férias	1.828	1.803
Participação sobre os lucros (i)	1.739	1.753
Outros	4.175	4.225

(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado. **14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. (a) Composição expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2023	2022
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo diferido	41.004	40.161

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais.

15. Partes relacionadas. (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	2023	2022
Mútuo (i)		
BRK Ambiental	45	45
BRK NE/INCO S.A.	68	68
	113	113
Demais partes relacionadas (ii)		
BRK Ambiental	1.828	1.803

O saldo mantido com partes relacionadas, no passivo, é apurado de acordo com condições de partes. Os contratos de mútuo são de natureza usual e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados na tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerenciais. (i) O saldo de mútuo com a BRK Ambiental em 31 de dezembro de 2023, refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado. (b) Passivo de arrendamento partes relacionadas: O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima, contém transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), anteriormente denominada como Ouro Verde Locações e Serviços S.A. ("Ouro Verde"), totalizando R\$ 2.680 (2022 – R\$ 4.695) com vencimento em agosto de 2025. Essas transações estão vinculadas a um contrato global celebrado em 6 de agosto de 2019, com vigência de cinco anos, de acordo com os termos estabelecidos. **16. Provisões para contingências:** As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	2023	2022
Reclamações trabalhistas e previdenciárias	1.830	120
Contingências ambientais	63	11
Total	1.893	131

Em 01 de janeiro de 2023, (+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária) 1.830 120 11 1.961 (-) Reduções decorrentes de rensumeração e valores não usados, estornados (45) (34) (79) (-) Pagamentos (1.252) (118) (9) (1.379) Em 31 de dezembro de 2023 1.873 31 2 1.906 O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhista e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. (a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Processos de natureza civil – Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e previdenciárias no montante de R\$ 6.006 (2022 – R\$ 4.448), representado por diversos processos. Processos de natureza trabalhista – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbais trabalhistas alegadamente não adimplidos reclamados por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 165 (2022 – R\$ 105) apresentado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexiva na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. Além dos casos acima, há acompanhamento de pedido de nulidade do contrato de concessão de Maranhão no qual houve uma decisão de 1ª instância em Ação Civil Pública no dia 5 de março de 2018, declarando nulo o contrato da BRK Ambiental Maranhão S.A., sendo que, em 20 de março de 2018, essa decisão foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e o julgamento do caso, ainda, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo Ministério Público (MP) questionando a lei que autorizou a concessão (e que, em tese, poderia resultar na anulação da concessão), foi negada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão a liminar pedida pelo MP, o que demonstra que a maioria dos desembargadores entendeu pela constitucionalidade da referida lei e da concessão. O MP contestou o indeferimento da liminar, e o Tribunal de Justiça do Maranhão confirmou a negativa em 30 de junho de 2021. Ambas as ações terão o mérito julgado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão futuramente, sem data definida. Caso houvesse, no futuro, decisão final determinando a anulação do contrato de concessão, a subsidiária teria direito a pleitear indenização, englobando os investimentos não-amortizados, bem como a manutenção do contrato de concessão até que tal indenização seja efetivamente paga. A Companhia baseada na opinião de seus assessores legais, avaliou como risco baixo as duas ações judiciais acima referidas (ACP e ADI), contando ainda com decisão judicial no âmbito da ACP, proferida em março de 2018 pelo desembargador-relator dos recursos de apelação, portanto estabilizada há cinco anos, que impede a produção dos efeitos da sentença até o julgamento do caso pelo tribunal. A decisão suspensi-

cais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	2023	2022
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	51.085	51.085
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:		
2026	266	266
2027	1.450	1.450
2028	2.185	2.185
2029	4.018	4.018
2030	5.027	5.027
2031	6.286	6.28